

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

#### -----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 28). -----

-----A acta da reunião ordinária realizada no dia 06 de Dezembro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

#### ----- ORDEM DO DIA -----

-----O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fosse incluído para discussão o seguinte ponto:-----

#### -----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

##### -----1-DIVISÃO FINANCEIRA-----

##### -----SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

-----1. Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro. -----

-----2. Proposta da Alteração Tarifário Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).-- -----

#### -----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

##### -----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----

-----1. Protocolos de colaboração e Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho/2011 – Substituição do Anexo III -----

#### -----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (DOT) -----

-----5. Pedido de licenciamento para conservação, ampliação e alteração à utilização de Casa de Campo, requerido por Quarteirão das Artes e Desportos Lda. – Proc. n.º 120/2010 – isenção de estacionamento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### ----- PROPOSTAS -----

#### ----- INFORMAÇÕES -----

#### ----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-----**Primeira** – O Presidente da Câmara reformulou os votos de Boas Festas nesta quadra natalícia, em primeira instância ao executivo municipal, aos seus órgãos políticos, a todos os trabalhadores desta Câmara Municipal, e fundamentalmente para os munícipes formulando os desejos de que o ano de 2011 seja o mais virtuoso possível, com sucessos e êxitos, e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

sobretudo com uma auto estima e com a superação de algumas das dificuldades que poderão surgir.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Segunda** – Informou que por despacho proferido no passado dia 16 de Dezembro, foi concedida tolerância de ponto a todos os funcionários no dia 24 de Dezembro e tolerância a 50% nos próximos dia 27 e 31 de Dezembro, de acordo com o que venha a ser acordado com as respectivas chefias, no sentido de que o funcionamento dos serviços seja assegurado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Terceira** – Deu conhecimento de que se iniciou no passado dia 9 de Dezembro do corrente ano uma auditoria “fallow up”, realizada pela Inspeção Geral de Finanças, que conforme consta da comunicação recebida e também da primeira reunião de apresentação com os técnicos que constituem a equipa, a presente auditoria tem como objectivo determinar a adequação, eficácia e oportunidade da implementação das recomendações formuladas no mencionado relatório.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Terceira** – Deu igualmente conhecimento do início de todos os procedimentos para os “Censos de 2011”. Decorreu na Câmara Municipal, na passada semana, uma reunião entre o responsáveis regionais do INE com o Município de Montemor e com as Juntas de Freguesia, para dar início a um conjunto de desenvolvimentos que permitam ter com razoabilidade temporal uma eficiência na concretização desses mesmos Censos de 2011.---

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Quarta** – Informou que na sequência de preocupações já manifestadas aquando das propostas para o Plano de Actividades e Orçamento para 2011 e que diz respeito sobretudo a algumas das iniciativas que vão tomar para reduzir custos correntes, sobretudo mais supérfluos. Alguns deles prendem-se claramente com um conjunto de reuniões que já tiveram com a EDP, com vista a poderem verificar toda a tramitação, quer dos actuais contratos em vigor, quer das circunstâncias que podem dar origem às reduções que gostariam de ver, que não questionam a segurança e a protecção individual de cidadania, mas que põe em causa um maior nível de eficiência dos custos que o município assume.----

-----Dentro dessa matéria, espera que no próximo mês de Janeiro possam ter uma informação mais clara sobre as localizações e os procedimentos a ter.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Nesta primeira fase, o que estava em causa e que fundamentalmente está a decorrer é uma auditoria feita pela Câmara Municipal a todos os contratos existentes entre a Câmara e a EDP.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Quinta** – Deu conhecimento de que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, distribuiu uma circular sobre a posição tomada, face à aprovação do Orçamento de Estado para 2011, e sobretudo, no que diz respeito aos autarcas, num conjunto de procedimentos que tinham sido inicialmente negociados aquando de uma visita da Direcção da ANM ao hemiciclo e das reuniões que tiveram com os diferentes Grupos Parlamentares. Pensa que, por vicissitudes várias, os partidos maioritários dessa assembleia tiveram uma atitude, nalguns casos, perfeitamente incompreensível, de não terem sancionado algumas das medidas que tinham previamente mostrado receptividade e entendimento e que depois não foram incluídas nesse mesmo Orçamento de Estado para 2011.---

-----Reivindica uma postura de reconhecimento e ao mesmo tempo de partilha com aquilo que são as chamadas de atenção que essa circular faz. Considera contudo, e espera que, dentro dos próprios meses, haja uma meditação mais curial por parte desses partidos e que algumas dessas circunstâncias sejam alteradas e venham ao encontro daquilo que lhe parece ser uma razoabilidade e uma justiça, que possa evidenciar esse percurso e essa matéria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

#### **----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----**

-----**Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista queriam desejar votos de Bom Natal e Próspero Ano Novo de 2011 ao Senhor Presidente da Câmara, a todos os Vereadores, funcionários e demais presentes, esperando que o próximo ano seja melhor que o ano que está a terminar.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Segunda** – Mais informou que, em relação ao documento entregue da Associação Nacional de Municípios Portugueses, muitas das vezes não estão de acordo com as posições transmitidas por esta associação, mas em concreto, esta é a afirmação de que neste país o princípio da igualdade resulta muitas vezes de que há alguns que são mais iguais que outros. E este sentido de igualdade que alguns deputados e alguns políticos deste país têm, é manifestamente a imagem daquilo que eles são, tanto na vida pessoal como na vida política. Está a ser agressivo e duro porque efectivamente é incompreensível e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

inadmissível a forma desigual como são tratados os autarcas locais. Porque se os membros do Governo e outras pessoas têm o privilégio de votar e não serem responsabilizados, quando são eles muitas das vezes que cometem as maiores atrocidades, do ponto de vista financeiro, não se percebe, não se admite, não é concebível no século XXI, num estado de direito e num país que se afirma viver em democracia, que os eleitos locais tenham este tratamento diferenciado. Por isso são totalmente solidários com a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**Terceira** – Informou que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de reclamar que há mais de três meses a estrada entre Verride e a Abrunheira, apresenta buracos de grandes dimensões, rasgos ao longo de toda a estrada, pedras soltas, o que torna o trânsito habitual das pessoas que lá vivem e que não têm alternativas viáveis, um verdadeiro caos, um verdadeiro sacrifício, uma verdadeira aventura.-----

-----Questionam o executivo para quando a reparação, para quando, pelo menos, a manutenção daquele espaço, por forma a que as pessoas possam circular com alguma dignidade e com alguma segurança. -----

-----Gostariam ainda de alertar que existe promessa eleitoral da aplicação de três abrigos. Está lá colocado um, que julga que foi a Junta de Freguesia, não tem bancos mas faltam outros dois abrigos. Julga que deve ser algo que devem ter em atenção, nesta freguesia.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara esclarecendo que os abrigos são pertença da Câmara Municipal, que não há nenhum das Juntas de Freguesia.-----

-----Disse ainda que todo o percurso se está a consolidar, depois de se ter feito o saneamento e para além do que estava adjudicado ainda têm mais de 132.000,00€ de recuperação e extensões que já estão em execução. -----

-----É lógico que todo o munícipe tem o mesmo direito, a mesma igualdade e o mesmo tratamento, mas há que ter em atenção que também têm que ter alguma paciência porque fazer obras com aquela dimensão, relembrando que só entre redes, ETAR, estão a gastar mais de um milhão de euros, naquela freguesia, coisa que nunca foi feito em toda a história democrática naquela área territorial.-----

-----Deixava esta incumbência à Vereadora do Departamento de Investimentos Municipais para tentar acelerar e acompanhar a obra.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA-----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA -----

----- EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO -----

-----O Presidente da Câmara informou que dando cumprimento ao disposto na alínea c), do n.º 4.º e do art. 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) foi presente o 2.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista não concordam com as conclusões apresentadas, já que se formulam constatações e depois não se justificam devidamente, na sua opinião, as conclusões a que se chega. Por isso o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é desfavorável. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre", aprovar o 2.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro. -----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, solicitando o seu agendamento extraordinário. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 2 – PROPOSTA DA ALTERAÇÃO TARIFÁRIO AGUA, SANEAMENTO

----- E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) -----

-----Foi presente uma informação dos serviços, apresentando uma proposta de alteração do tarifário de abastecimento, saneamento e resíduos sólidos urbanos do Concelho de Montemor-o-Velho.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que este documento é entregue ao executivo no dia de hoje, mas apenas iria ser discutido e votado na reunião da Câmara Municipal do dia 3 de Janeiro de 2011.-----

-----Este documento resulta de uma situação, diria, exigente, mas ao mesmo tempo, adequadamente estudada entre a sustentabilidade dos custos e preços e as tarifas que ali são sugeridas.-----

-----De acordo com as propostas que discutiu com a própria consultadoria técnica da realização desta informação e conforme vai ser visto pelo executivo, propõe-se uma actualização destes valores, em dois três anos, de forma a "aconchegar" do ponto de vista

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

do crescimento quantitativo, uma melhor recepcionabilidade por parte dos utentes e dos munícipes, ao mesmo tempo que, todo este tarifário estará sujeito ainda a uma reapreciação conjunta, que possa em casos cada vez menores, porque a Lei nesta matéria é cada vez mais exigente, reduzir a subsidiarização destes preços e destas tarifas e ao mesmo tempo ter presente a especificidade de alguns dos aspectos sociais do concelho, nomeadamente a tendendo depois à razoabilidade excepcional, no que diz respeito a exemplos como entidades com fins sociais, famílias mais numerosas, pessoas ou estruturas que mereçam a excepcionalidade na redução dessas mesmas tarifas e desses mesmos preços. -----

-----O primeiro documento base, com a devida fundamentação e sustentabilidade económica, está disponível para análise do executivo. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter este assunto à próxima reunião do Executivo Municipal. -----

#### **----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----**

----- **1 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO CAR – PISTA DE -----**  
 ----- **ATLETISMO/PROJECTO DE REGENERAÇÃO URBANA DE-----**  
 ----- **MONTEMOR-O-VELHO – EIXO PEDONALIZADO -----**  
 ----- **– LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO HISTÓRICO E A FRENTE RIBEIRINHA -----**  
 ----- **– AQUISIÇÃO DA ÁREA DE 30.554 M² A FERNANDO MANUEL ----**  
 ----- **PEREIRA COIMBRA FERNANDES – RECTIFICAÇÃO DAS-----**  
 ----- **DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE SETEMBRO DE**  
 ----- **2010 E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE SETEMBRO DE 2010**

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----"Em reunião da Câmara Municipal de 27 de Setembro de 2010 foi deliberado adquirir a área de 30.554m2 pelo valor de 675.000,00€ a Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes para execução do Projecto supra identificado, tendo o mesmo tido a correspondente aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010. -- -----

-----Posteriormente, e depois de o proprietário do terreno ter efectuado a entrega de todos os documentos necessários à celebração da corresponde escritura, constataram estes serviços que o mesmo havia procedido à desanexação da área de 11.731 m2 do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 2139, o que deu origem a uma alteração na descrição deste prédio.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A alteração referida traduz-se no seguinte - houve uma redução da área da parte do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 2139 (inscrito na matriz sob o número 311/MMV) para 38.069 m<sup>2</sup>, por outro lado, foi criado um novo prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 4344, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2669, da freguesia de Montemor-o-Velho, com a área de 11.731 m<sup>2</sup>.-----

-----Assim, a escritura de aquisição que se vai efectuar com o proprietário acima identificado, será nos seguintes termos: -----

-----A – aquisição da totalidade do prédio urbano, com a área de 11.731 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 4344, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2669, da freguesia de Montemor-o-Velho; -----

-----B – aquisição de uma parcela de terreno com a área de 18.823 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 2139, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 311, da freguesia de Montemor-o-Velho.- -----

-----É de referir que em tudo o resto o processo se mantém inalterado, mantendo-se a aquisição da área total de 30.554 m<sup>2</sup> pelo valor de 675.000,00€ (seiscentos e setenta e cinco mil euros), valor este já anteriormente acordado com o proprietário. -----

-----Perante as alterações acima referidas, julga-se da máxima urgência que o processo seja remetido à próxima reunião da Câmara Municipal e posteriormente à Assembleia Municipal, para conhecimento." -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal, igualmente para conhecimento, solicitando o seu agendamento extraordinário, uma vez que não existiu qualquer alteração substancial dos factos. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **2 – CEDÊNCIA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** -----

----- **– JUNTA DE FREGUESIA DE GATÕES** -----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

-----“Na sequência do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Gatões em 13 de Dezembro de 2010 em que é solicitada a cedência do edifício escolar de Gatões para efeitos de gerir o tecido associativo local e face à necessidade de proceder a obras de ampliação e restauro no edifício, cumpre-me informar que:-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

----- 1- Caso pretenda a Câmara Municipal deferir o pedido apresentado, a formalização terá de ser efectuada nas seguintes condições:-----

----- - Relativamente à pretensão da requerente para realizar obras de ampliação e restauro no edifício da antiga escola e para formalização e regularização da cedência, afigura-se como solução a cedência do referido imóvel em regime de direito de superfície, uma vez que se pretende realizar obras de ampliação do edifício;-----

----- - As obras referidas no ponto anterior, carecem sempre de autorização da Câmara Municipal;-----

----- - A cedência sob o regime de direito de superfície do edifício escolar localizado em Gatões, propriedade desta Câmara Municipal, omissa na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho e inscrito na matriz predial urbana sob o número 218, da freguesia de Gatões, deste concelho, poderá ser onerosa ou gratuita, sendo que em situações idênticas a deliberação tem sido no sentido de gratuitidade da mesma;-----

----- - Deverá ficar garantido no contrato que o edifício terá especificamente como destino a transformação num espaço multifuncional a ser utilizado pelas Associações da Freguesia, competindo à Junta de Freguesia gerir essa mesma utilização;-----

----- - Igualmente a exemplo de situações análogas, o direito de superfície poderá ser constituído por um período de 25 anos mais um, aceitando-se a sua prorrogação automática e sucessivamente por períodos de um ano;-----

----- - Deverá ser garantido que a referida edificação não poderá ser afectada ao prosseguimento de fim diverso daquele para o qual vier a ser autorizado, a não ser que obtenha a necessária autorização por parte da cedente;-----

-----Face ao exposto, julga-se pertinente a remessa do processo à reunião do executivo municipal para apreciação e eventual autorização para a celebração da escritura de cedência do imóvel em causa à Junta de Freguesia de Gatões, em regime de direito de superfície.-----

-----Anexa-se minuta do contrato a celebrar."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração da escritura de cedência do edifício escolar de Gatões à Junta de Freguesia de Gatões, em regime de direito de superfície, de acordo com a minuta que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **3 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- **– RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE -----**

----- **PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO PARA**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

----- **CONSTRUÇÃO DO CAR – ARTIGOS MATRICIAIS URBANOS 1.848**  
 ----- **E 1.849 DA FREGUESIA DE MONTEMOR-O-VELHO-----**  
 ----- **(PROPOSTA DE ALTERAÇÃO)-----**

-----Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve:-----

-----"Tendo a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, em 12 de Outubro de 2009, deliberado no sentido de iniciar o procedimento expropriativo e simultaneamente dar início à aquisição por via do direito privado as parcelas de terreno necessárias à concretização de equipamentos complementares do Centro de Alto Rendimento – Pista de Atletismo e Pousada da Juventude –, prédios inscritos na matriz predial urbana sob os números 1.848 e 1.849, localizados no Largo da Feira (ou Avenida José de Nápoles), em Montemor-o-Velho, propriedade de Lucílio Carvalho Cordeiro (1/2), e Joaquim Maria Bernardes Barranca (1/2) com usufruto a favor de Joaquim José Abrantes Pinto Bernardes Barranca, João Pedro Abrantes Pinto Bernardes Barranca e Teresa Alexandra Abrantes Pinto Bernardes Barranca e não tendo esta edilidade obtido acordo com os proprietários, em 19 de Março de 2010, foi o processo remetido para a Direcção-Geral das Autarquias Locais (Processo DGAL n.º 13.009.10/DMAJ).-----

-----Em 21 de Abril de do corrente ano veio a DGAL solicitar o envio de documentos para efeitos de prossecução da instrução do processo de expropriação. (Documento em anexo).

-----Um dos pontos solicitados pela DGAL reportava-se ao envio de "Cópia do relatório do perito da lista oficial que avalie a totalidade da parcela a expropriar (622 m2) (...)", uma vez que o relatório junto ao processo apenas considerava a área devidamente licenciada (395 m2) e não a área total existente (622 m2).-----

-----Assim, e porque apenas agora recepcionamos o relatório do perito, importa proceder às alterações tidas por convenientes, face ao solicitado pela DGAL e ao relatório do perito agora junto. -----

-----Propõe-se que a deliberação de Câmara passe a ser a seguinte:-----

-----"A proposta de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação é da competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----A concretização desta infra-estrutura desportiva é fundamental, não só para o desenvolvimento do concelho de Montemor-o-Velho como ainda para a projecção internacional do país, por se tratar de uma infra-estrutura de excelência para a prática de vários desportos aquáticos, e existe já o reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projecto do Centro Náutico de Montemor-o-Velho (Centro de Alto Rendimento - CAR) quer por parte do Executivo Municipal (deliberação da Câmara Municipal de 29 de Setembro de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### **Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20**

2008) quer da Assembleia Municipal (sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2008), conforme cópias que se juntam sob doc. n.º 1 e 2. -----

-----É da competência dos órgãos municipais o planeamento, gestão e realização de investimentos públicos no domínio das instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal, de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 1 do artigo 21º da Lei 159/99, de 14 de Setembro.-----

-----A necessidade de ocupação e expropriação dos terrenos incluídos no perímetro deste projecto é da maior urgência, tendo em conta os compromissos para competições já agendados para os próximos anos, assumidos com a Federação Portuguesa de Canoagem para a realização do Campeonato da Europa de Juniores e Sub-23, em 2012, e do Campeonato da Europa de Seniores, em 2013, no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho. Competições que requerem por si só que a vila de Montemor disponha de alojamento para o efeito, sendo que o Campeonato da Europa de Juniores e Sub 23, em 2012, vai trazer a Montemor-o-Velho, cerca de 1000 atletas em representação de 30 países e, no ano seguinte, em 2013, o Campeonato da Europa de Seniores, deve reunir 600 atletas em representação de 32 países. -----

-----Ora, tendo em conta aquele prazo e as características da obra mostra-se imperioso e imprescindível a atribuição daquele carácter à presente expropriação, sob pena de não realização da mesma em tempo útil. -----

-----A ser assim, a expropriação para a obra de interesse público supra identificada, com carácter de urgência tem enquadramento legal no disposto no artigo 15.º da Código das Expropriações.-----

-----As parcelas de terreno a expropriar, melhor identificadas no quadro modelo DGAL que se anexa possuem uma área total de 622 m2. -----

-----De acordo com o relatório de avaliação dos artigos em questão, datado de 03 de Dezembro de 2010, elaborado pelo perito avaliador da lista oficial da Direcção Geral da Administração da Justiça, Engenheiro Júlio do Fundo Granjo, e cuja cópia se junta sob doc. n.º 3, que preconizou o seguinte valor: 115.572,58 € (cento e quinze mil, quinhentos e setenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos). Tendo em conta a existência de um usufruto a favor dos três filhos de um dos proprietários e as regras plasmadas no artigo 13.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sua actual redacção o valor será repartido pelos interessados, da seguinte forma: -----

<b>Nome do Interessado</b>	<b>Critério de distribuição do valor</b>	<b>Valor da Justa indemnização</b>
----------------------------	--	------------------------------------

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### **Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20**

Lucílio Carvalho Cordeiro	50%	57.786,29€
Joaquim Maria Bernardes Barranca	35% de 50%	20.225,21€
Joaquim José Abrantes Pinto Bernardes Barranca	1/3 de 65% de 50%	12.520,36€
João Pedro Abrantes Pinto Bernardes Barranca	1./3 de 65% de 50%	12.520,36€
Teresa Alexandra Abrantes Pinto Bernardes Barranca	1/3 de 65% de 50%	12.520,36€

-----O encargo com a aquisição de terrenos é satisfeito através da dotação do orçamento para o corrente ano com a classificação orgânica – 01; económica – 070101 e inscrito no Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano, sob o objectivo – 2; programa – 252; projecto – 2002/89 – 2.-----

-----Para a parcela de terreno a expropriar existe um único instrumento de gestão territorial válido (o Plano Director Municipal de Montemor-o-Velho). O imóvel encontra-se inserido em Espaço Urbano e ainda em Reserva Agrícola Nacional. De acordo com o parecer do Sr. Director de Departamento de Ordenamento do Território exarado na informação DOT n.º 2678/2009, de 8 de Outubro, e que se passa a transcrever " tendo em conta a natureza da obra que motiva a expropriação (pista de atletismo e acessos conexos) parece que a compatibilidade da obra com o PDM, uma vez que se localiza em espaço urbano, está assegurada. Quanto à RAN, havendo demolição do edifício e afectação a um equipamento desportivo a céu aberto, deverá obter-se o parecer da ERRANC, na sequência do dossier a preparar pelo GEP." -----

-----A resolução de requerer a DUP deverá ser comunicada aos expropriados (Lucílio de Carvalho Cordeiro; Joaquim Maria Bernardes Barranca; Joaquim José Abrantes Pinto Bernardes Barranca; João Pedro Abrantes Pinto Bernardes Barranca e Teresa Alexandra Abrantes Pinto Bernardes Barranca) nos termos do nº 5 do artigo 10º do Código das Expropriações.-----

-----Considerando a urgência deste processo os trabalhos iniciar-se-ão assim que a Câmara Municipal tome a posse administrativa dos bens a expropriar, nos termos do nº 1 do artigo 19º do CE.-----

-----Mais se propõe que, em simultâneo – e não obstante o carácter de urgência que vier a ser atribuído à expropriação – se dê início ao procedimento de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato."-----

-----Importa ainda informar de que para a aquisição desta parcela havia já sido efectuado o pedido de cabimentação de 94.563,00€ e que agora importa reforçar com a

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

diferença, 21.009,58€, para fazer face a esta aquisição/expropriação que perfaz o valor total de 115.572,58€.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade iniciar o procedimento expropriativo e simultaneamente dar início ao procedimento de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### **----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----**

#### **----- TESOURARIA -----**

#### **----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

-----Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 17 de Dezembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 1.068.035,21 € (um milhão e sessenta e oito mil e trinta e cinco euros e vinte e um cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 304.477,92 € (trezentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete euros e noventa e dois cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

#### **----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----**

#### **----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

#### **----- 1 – MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA DE: -----**

----- “PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO -----

----- – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO” – APROVAÇÃO -----

-----Foi presente uma informação dos serviços de notariado que a seguir se transcreve:---

-----“A Câmara Municipal por deliberações, respectivamente 31 de Agosto e 11 de Outubro do corrente ano, adjudicou a empreitada acima identificada ao Consórcio Liftech-Tecnologia para Elevadores, Lda. / Kone de Portugal-Elevadores Lda., assim e porque nos termos do nº 1 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, sempre que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, que é o caso, a respectiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, no presente a Câmara Municipal, depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.-----

-----Por conseguinte, verifica-se que já foi apresentada a respectiva caução, efectuada por garantia bancária nº 00362268, assumida pelo Banco Espírito Santo, SA., em 20 de Outubro de 2010, no montante de € 56.978,21, a qual, nos termos do nº 1 do art. 88º daquele normativo se destina a garantir a celebração do respectivo contrato, bem como o exacto e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.-----

-----Em conclusão, nos termos e efeitos supra o processo está devidamente instruído, pelo que os Serviços anexam a minuta do citado contrato da empreitada de: "PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO-PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO" adjudicada ao Consórcio citado a fim de ser presente em reunião de Câmara para apreciação e devida aprovação."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, pelos motivos já anteriormente apresentados e cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre", aprovar a minuta do contrato da empreitada: "PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO-PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO", que consta como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### **-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----**

**-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----**

----- **1 – PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E DELEGAÇÃO DE-----**  
**COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE-----**  
**FREGUESIA DO CONCELHO/2011 -----**  
**– SUBSTITUIÇÃO DO ANEXO III -----**

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que as minutas dos Protocolos de Colaboração a celebrar com as catorze Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho foram aprovadas na reunião de 06 de Dezembro.-----

-----No entanto verificou, na leitura que fez dos documentos, que o anexo III detinha algumas incoerências e por isso solicitou que este fosse actualizado.-----

-----Trata-se de uma questão muito pouco relevante, mas que mostra a coerência entre aquilo que normalmente diz e o que faz.-----

-----No anexo III que prevê a distribuição das máquinas às Juntas de Freguesia estava estipulado que em 2010, dado haver um conjunto de freguesias (quatro) que beneficiavam de um total de 100% de transferências financeiras, tinham tido uma redução na utilização das máquinas e dos recursos humanos da Câmara. Com a reafectação do procedimento ao nível mais equilibrado de distribuição financeira, devem recuperar aquilo que era a distribuição da maquinaria feita em 2009, quando não havia discriminação financeira entre as Juntas de Freguesia.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Dentro desta matéria, solicitou aos serviços que fizessem um “apanhado” desta distribuição, e no caso concreto das freguesias de Vila Nova da Barca, Gatões, Ereira e Verride, estas terão três semanas de utilização das máquinas e recursos humanos da Câmara Municipal e em relação às restantes Juntas de Freguesia, quatro semanas e não cinco, como estava inicialmente previsto. -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente esta proposta e congratulam-se com a posição do senhor Presidente da Câmara. Este assunto seria referido hoje na Sessão da Assembleia Municipal, e mais uma vez, antecipadamente, o senhor Presidente da Câmara corrigiu para melhor e para o sentido correcto esta “injustiça”. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao Anexo III (Cedência de Equipamentos às Freguesias do Concelho), dos Protocolos de Colaboração a celebrar com as catorze Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter este documento à Assembleia Municipal para substituição do Anexo III anteriormente distribuído e aprovação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----**

##### **----- 1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DAS ESTRUTURAS FLEXÍVEIS E --- TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

-----A Câmara deliberou por unanimidade que o presente ponto seria discutido no final da reunião do executivo. -----

##### **----- 2 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL -----**

-----Foi presente uma informação dos Serviços de Recursos Humanos que a seguir se transcreve:-----

-----“O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro procede: -----

----- - à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (adiante designada por LVCR), alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. -----

----- - à adaptação à administração autárquica do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, na parte referente à racionalização de efectivos.-----

-----O n.º 1 do seu artigo 9.º dispõe que, no âmbito do procedimento concursal, deliberado pelo órgão executivo respectivo, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da LVCR e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do presente decreto-lei, promove-se ao

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados. -----

-----O procedimento concursal anteriormente referido observa as injunções decorrentes do disposto no artigo 6.º da LVCR e do artigo 4.º do presente decreto-lei - isto é - gestão dos recursos humanos em função dos mapas de pessoal. No caso previsto no n.º 2 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento nas condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo.-----

-----A orçamentação e gestão das despesas com pessoal para 2010 e o mapa de pessoal para o ano de 2010 foram aprovados pelo órgão executivo do Município de Montemor-o-Velho.-----

-----No decorrer do presente ano civil, até à presente data, aposentaram-se 8 trabalhadores deste Município (4 Assistentes Operacionais, 2 Técnicos Superiores, 1 Fiscal Municipal e 1 Coordenador Técnico).-----

-----O n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro refere que “ No caso previsto no nº 2 do artigo 6º. da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento nas condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo”.-----

-----Nos termos do disposto do mesmo preceito legal compete ao órgão executivo autorizar o recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, através de procedimento concursal, conforme refere a alínea a), do artigo 3º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.-----

-----Acresce que a criação do Centro Educativo de Montemor-o-Velho no início do presente ano lectivo, fez surgir maior necessidade de viaturas da Autarquia com condutor (Motorista) para a deslocação de alunos residentes em freguesias cujas escolas foram desactivadas.-----

-----Por outro lado, a quase permanente necessidade de transporte de equipamento informático, respectivo apoio e manutenção, mostram a exiguidade de recursos neste âmbito.-----

-----Salvo melhor opinião, face ao acima exposto, considerando que a Autarquia necessita de pessoal para conduzir viaturas ligeiras para o transporte de bens e pessoas e a insuficiência de meios humanos para tal, existindo postos de trabalho vagos da carreira/ categoria de Assistente Operacional, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar a abertura de procedimento concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para dois postos de trabalho de Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros).” -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a abertura de procedimento concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para dois postos de trabalho de Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### **----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----**

##### **----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----**

**----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----**

**----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

-----Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 06 e o dia 17 de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

##### **----- 2 – PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE-----**

**----- URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ Nº. 1/2008, -----**

**----- A REQUERIMENTO DE CONSTRUÇÕES MOÇO, LDA. -----**

**----- – PROCESSO DE LOTEAMENTO Nº. 6/06 -----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitada a recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 1/2008, emitido em 12 de Fevereiro de 2008.-----

-----Acompanhava o processo a informação DOT nº. 357-RJ/2010, na qual é referido que os Peritos intervenientes na vistoria se pronunciaram favoravelmente à recepção provisória das obras de urbanização e que em relação à caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, deverá ficar retido o valor de 9.848,78€, ou seja 10% do seu valor inicial, sendo o remanescente libertado apenas com a recepção definitiva das obras de urbanização, decorrido 5 anos do prazo de garantia, conforme dispõe o nº. 5, do artigo 54º. do Dec-Lei 555/99 de 16 de Dezembro na sua actual redacção.-----

-----Assim, propõem-se que o pedido seja presente em reunião de Câmara tendo em vista a recepção provisória das obras de Urbanização do citado loteamento, conforme previsto no artº 87º da legislação supra citada.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável, de acordo com o parecer técnico apresentado.-----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a recepção provisória das obras urbanização referentes ao processo de loteamento com o alvará nº 1/2008, emitido em 12 de Fevereiro de 2008, nos termos propostos.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### ----- **3 – PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA AS OBRAS DE-----**

----- **AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO E CONSTITUIÇÃO DE -**  
 ----- **PRÉDIO EM REGIME DE P.H., REQUERIDO POR ADELINO MOTA, -**  
 ----- **UNIPESSOAL, LDA., SITO NO LOTE 105 DA URBANIZAÇÃO -----**  
 ----- **QUINTA DE S. LUÍZ, FREGUESIA DE PEREIRA, TITULADO PELO-----**  
 ----- **ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 3/2003 - PROC. Nº 81/2010 -----**  
 ----- **- VARIAÇÃO INFERIOR A 3% DA ÁREA DE CONSTRUÇÃO -----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 173-ES/2010, indicando que a área de construção proposta é de 1064.75 m2, sendo que a proposta do loteamento é de 1059.05 m2, traduzindo-se numa variação de 0.54%, < 3%.-----

-----Acompanha ainda o processo a informação DOT nº. 358/2010, que, por se tratar de variações inferiores a 3%, sem aumento do nº. de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no P.D.M. considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no nº 8 do artº 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, podendo tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, pelo que se sugere que a Câmara delibere no sentido de aceitar a alteração da área.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável, de acordo com o parecer técnico apresentado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a alteração da área, de acordo com a informação dos serviços.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### ----- **4 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE A**

----- **PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE ACÇÃO DE DESTRUIÇÃO DO--**  
 ----- **REVESTIMENTO VEGETAL E FLORESTAÇÃO COM EUCALIPTO, A-**  
 ----- **REQUERIMENTO DE MARIA ROSINDA LOPES RAPOSEIRO, -----**  
 ----- **RESIDENTE NO LUGAR DE MOINHO DA MATA,-----**  
 ----- **FREGUESIA E CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

-----Foi presente o pedido referido em epígrafe, acompanhado de uma informação da DECAFS, onde é confirmado as condições económicas da família e é proposto a isenção do pagamentos da taxa solicitada.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A pretensão tem enquadramento na alínea b) do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, por se tratar de pessoas de comprovada insuficiência económica.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que este assunto seja presente numa próxima reunião de Câmara, para que a informação seja reformulada.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

**----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----**

**----- 5 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSERVAÇÃO, -----**

**----- AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO -----**

**----- (CASA DE CAMPO), REQUERIDO POR QUARTEIRÃO DAS ARTES E**

**----- DESPORTOS, LDA. – PROC. N.º 120/2010-----**

**----- – ISENÇÃO DE ESTACIONAMENTOS-----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitada a isenção do cumprimento do número de estacionamento previstos no PDM.-----

-----Acompanhava o processo a informação DOT n.º 267-RS/2010, indicando que, de acordo com o n.º 2 do art.º 34.º do PDM, o número de estacionamento afectos será de 3 lugares.-----

-----Contudo, face ao alegado pelo requerente/técnico e tendo por base situações semelhantes propõe-se que a Câmara delibere sobre o assunto.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável, porque têm conhecimento directo da situação. É de todo impossível prover os lugares de estacionamento naquele local.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade isentar o cumprimento do número de estacionamento previstos no PDM.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

**----- 1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----**

**----- 2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

**----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE-----**

**----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----**

**----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----**

**----- 1 – “CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----**

**----- FASE B – UP32A (ENTRADA MONTANTE), UP33S (CICLOVIA SUL),**

**----- UP42 (ILHAS) E UP43 (CAIS APENAS REFERENTE À PRAÇA)-----**

**----- – TRABALHOS A MAIS, COM PRORROGAÇÃO LEGAL DE PRAZO**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Foi presente uma informação da Fiscalização sobre a necessidade de realização de trabalhos a mais, na obra em epígrafe. -----

-----Estes resultam essencialmente na necessidade garantir a correcção das deformações detectadas no alinhamento dos painéis pré-fabricados laterais após a betonagem do tabuleiro da Ponte F3, com aplicação de chapa quinada 150x150x5mm com 3,0m, assim como fornecimento e aplicação de cabo eléctrico da Torre 0,00m à Torre dos 500m, tendo em vista futuros eventos desportivos, pois de facto esta infra-estrutura não se encontrava acautelada na referida empreitada, cujo montante ascende a 18.320,00 € (dezoito mil trezentos e vinte euros) acrescido de IVA à taxa legal e que representam 0,97 % do valor da adjudicação, prevendo-se um prazo de execução de 15 dias seguidos.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam contra, por falta ou insuficiência de fundamentação. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre", o seguinte:-----

-----Um – Concordar com os preços apresentados pelo empreiteiro Vidal Pereira & Gomes, Lda. e autorizar os trabalhos a mais com preços a acordar com o empreiteiro, no montante de 18.320,00 € (dezoito mil trezentos e vinte euros) acrescido de IVA á taxa legal, para um prazo de execução adicional de 15 dias. -----

-----Dois – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, com a empresa Vidal Pereira & Gomes, Lda., no montante de 18.320,00 € (dezoito mil trezentos e vinte euros) acrescido de IVA á taxa legal. -----

-----Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

#### **----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----**

##### **----- 1 – ETAR PARA ESGOTOS DE ABRUNHEIRA, VERRIDE E VILA NOVA - DA BARCA -----**

##### **----- - ALTERAÇÃO AO PROJECTO (ALTERAÇÃO DAS FUNDAÇÕES) -**

-----Foi presente uma informação da Fiscalização acompanhada pelo projecto de alterações, ao nível das fundações, proposto pelo empreiteiro adjudicatário da obra referida em epígrafe. -----

-----Após análise verifica-se não haver qualquer inconveniente em aceitar a alteração/solução apresentada, dado que esta não apresenta qualquer ónus adicional para o dono da obra, atendendo a que se trata de um projecto de concepção construção da responsabilidade do empreiteiro. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto de alteração, ao nível das fundações, apresentado empreiteiro adjudicatário da obra referida em epígrafe.-----

-----Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

#### **----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

##### **----- 1 – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DA BARCA -----**

##### **----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----**

-----O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vila Nova da Barca, no valor de 1.000€ (mil euros) a fim de fazer face a despesas com o Curso de Formação de "Bordados e Bainhas Abertas", que se encontra a decorrer na Escola Básica/Centro de Dia de Vila Nova da Barca.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

##### **----- 2 – APOIO FINANCEIRO – ESCOLA SECUNDÁRIA "CAMPUS -----**

##### **----- ESCOLAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTEMOR" ---**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação do Gabinete de Educação que a seguir se transcreve:-----

-----"Após uma reunião havida na Câmara Municipal com alguns alunos do 12º ano da Escola Secundaria de Montemor e respectiva docente da área curricular de Área de Projecto e na sequência do ofício anexo vêm os supra citados solicitar um apoio financeiro à edilidade de 432 € (quatrocentos e trinta e dois euros) para levar avante o projecto "A arte na escola" que visa essencialmente humanizar e embelezar o espaço escolar.-----

-----Este grupo de alunos e docentes tentam com este projecto criar espaços apelativos e com uma cromática mais quente e colorida colocando nas paredes do átrio central do novo edifício da Escola Secundária telas de grandes dimensões feitas por todos os alunos dos vários níveis de ensino do "Campus Escolar".-----

-----Para isso lançaram convites/desafios a alguns artistas plásticos de renome nacional e internacional (ver ofício) que se manifestaram disponíveis a deslocarem-se à escola e com os alunos participarem na elaboração das telas que irão ser afixadas na nave central do edifício. -----

-----Face ao exposto, levo à consideração de V/Ex.ª, a disponibilização do montante acima proposto para aquisição de produtos que ajudarão na consecução do referido Projecto."-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um apoio à Escola Secundária de Montemor-o-Velho no valor de 432 € (quatrocentos e trinta e dois euros), para levar avante o projecto "A arte na escola". -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 3 – SUBSIDIO DE LIMPEZA/EXPEDIENTE/MATERIAL DIDÁCTICO -----**

#### **----- E.B 1-J.I – ANO CIVIL 2011 -----**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de que a segundo o Decreto Regulamentar do M.E. nº. 12/2000, de 29 de Agosto (D.R. - 1ª série – B, 199, de 29 de Agosto de 2000), art.º 14 (competências) compete ao Município:-----

----- - O fornecimento de material de limpeza e de expediente aos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico – Art.º14 - número 3; -----

-----Apesar desta alínea do referido Artigo incumbir esta competência às Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal assume este ónus, como já o fez nos anos lectivos transactos.

----- - Assegurar o fornecimento de material didáctico nos citados níveis de ensino. – Art.º 14 – número 2. -----

-----Face ao exposto, para o ano civil de 2011, sugere não o fornecimento de produtos de expediente, limpeza ou material didáctico, mas sim, a atribuição via Agrupamentos de Escolas Concelhios, de um montante pecuniário por estabelecimento de ensino que será gerido pelos Órgãos de Gestão dos mesmos e que se destina na sua totalidade a assegurar a autonomia, a gestão e o bom funcionamento das 16 EB1, 8 JI e Centro Educativo de Montemor bem como, a aquisição de material didáctico garantindo uma boa qualidade na prática pedagógica.-----

-----A autarquia com esta transferência visa suprir necessidades relacionadas com o funcionamento e prática lectiva nos estabelecimentos dos níveis de ensino referidos. -----

-----Assim para o ano civil de 2011, no que respeita à verba p/ materiais de expediente e limpeza e material de desgaste, propõe um valor de 100€ por sala, o que equivaleria a uma disponibilização de 9.100 € (nove mil e cem euros), a distribuir pelos 91 espaços estando incluídos os refeitórios, bibliotecas escolares, salas de actividades e lectivas dos 25 estabelecimentos de ensino, abrangendo um total de cerca de 1150 alunos, de acordo com o quadro anexo à presente acta sob o número seis.-----

-----No que concerne à verba p/ aquisição de material didáctico (excepção feita às 12 salas do Centro Educativo de Montemor que foi inaugurado neste ano lectivo e está bem apetrechado e com material didáctico novo e ajustado), propõe a concessão de uma verba de 2.200 € (dois mil e duzentos euros), um valor de 40 € por sala de aula/sala de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

actividades (55 salas) onde estejam a desenrolar-se actividades lectivas (documento anexo à presente acta sob o número sete).-----

-----Verba material limpeza, expediente e desgaste – 9.100 €-----

-----Verba material didáctico – 2.200 €-----

-----O que perfaz um total de 11 300€.-----

-----Assim, deverá ser disponibilizado por esta Câmara um montante de 11.300 € (onze mil e trezentos euros) sendo a transferência por Agrupamento de Escolas a seguinte:-----

-----Agrupamentos de Escolas de Montemor (documento anexo à presente acta sob o número oito).-----

-----1 – Verba de material e limpeza, expediente e desgaste – 4.000€;-----

-----2- Verba de material didáctico – 680€-----

-----Num total de 4.680€;-----

-----Agrupamentos de Escolas Carapinheira (documento anexo à presente acta sob o número nove).-----

-----1 – Verba de material e limpeza, expediente e desgaste – 2.600€;-----

-----2- Verba de material didáctico – 840€-----

-----Num total de 3.440€;-----

-----Agrupamentos de Escolas Arazede (documento anexo à presente acta sob o número dez).-----

-----1 – Verba de material e limpeza, expediente e desgaste – 2.500€;-----

-----2- Verba de material didáctico – 680€-----

-----Num total de 3.180€.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas, disponibilizando um montante de 11.300 € (onze mil e trezentos euros), para colmatar as competências do município supra referenciadas.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### **----- 4 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS – ANO LECTIVO 2010/2011 -----**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação que a seguir se transcreve:-----

-----“Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio sócio-educativo destinados aos alunos do 1.º CEB inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de compartilhação para fazer face às despesas escolares do aluno, relacionadas com o prosseguimento da escolaridade e no sentido de promover a igualdade de oportunidades e sucesso escolar.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Para efeitos de concessão de benefícios e subsídio escolar é fixado anualmente, pelo Ministério da Educação, o limite máximo de capitação do agregado familiar. -----

-----Conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/89, de 28 de Dezembro bem como na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro é competência dos Municípios a atribuição de Subsídios de Apoio Educativo, nomeadamente auxílios económicos.-----

-----Assim e tendo por base o actualmente definido pelo Despacho n.º 14368-A/2010 de 14 de Setembro, publicado no Diário da República n.º 179 (2.ª série), cuja cópia se anexa, a atribuição dos auxílios económicos para o presente Ano Lectivo será associada às capitações efectuadas pela Segurança Social para efeitos de atribuição do abono de família, de acordo com o seguinte:-----

-----Escalão A – alunos inseridos no 1.º escalão do abono de família;-----

-----Escalão B – alunos inseridos no 2.º escalão do abono de família;-----

-----Verificaram os Serviços a entrada de um total de 409 processos de candidatura, que, após uma análise cuidada, foram distribuídos da seguinte forma:-----

-----Escalão A – 115 processos-----

-----Escalão B – 142 processos-----

-----Sem atribuição – 152 processos (uns por falta de documentação solicitada, outros por terem escalão superior ao previsto para auxílios económicos)-----

-----Considerando o estipulado no Anexo III do Despacho n.º 14368-A/2010, sugere-se para o presente ano lectivo que os valores de comparticipação do Escalão A sejam actualizados e os do Escalão B se mantenham iguais aos do Ano Lectivo transacto, uma vez que os montantes atribuídos por esta Edilidade a este escalão estão dentro dos valores referidos no Despacho supra referido.-----

-----Assim, propõe-se a atribuição de 45,50€ para o Escalão A e 30,00€ para o Escalão B, conforme consta no quadro n.º 1, que apresenta também o mapa comparativo entre os dois anos lectivos.-----

-----Quadro n.º 1-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20*

Escalões	N.º Alunos			Valor Atribuído		
	2009/2010	2010/2011	Variação	2009/2010	2010/2011	Variação
Escalão A	119	115	-4	5.355,00 €	5.232,50 €	- 122,50 €
Escalão B	154	142	-12	4.620,00 €	4.260,00 €	- 360,00 €
S/Direito	150	152	2	- €	- €	- €
<b>TOTAIS</b>	<b>423</b>	<b>409</b>	<b>-14</b>	<b>9.975,00 €</b>	<b>9.492,50 €</b>	<b>- 482,50 €</b>

-----No entanto e tendo em consideração a actual conjuntura sócio-económica e a promoção da igualdade de oportunidades, o Sr. Presidente da Câmara, excepcionalmente, assumiu reforçar os valores propostos atrás referidos para o presente Ano Lectivo, em mais 25€/aluno para o Escalão A e 15€/aluno para o Escalão B, obviando, assim, os encargos com a educação dos agregados familiares carenciados do concelho, o que irá implicar um reforço financeiro que se traduzirá em 5.005,00€.

-----Quadro n.º 2-----

Escalões	2010/2011	2010/2011	Valor a Reforçar	TOTAL
Escalão A	115	5.232,50 €	2.875,00 €	8.107,50 €
Escalão B	142	4.260,00 €	2.130,00 €	6.390,00 €
<b>TOTAIS</b>	<b>409</b>	<b>9.492,50 €</b>	<b>5.005,00 €</b>	<b>14.497,50 €</b>

-----Quanto ao montante a atribuir aos alunos de etnia cigana, a frequentar o Centro Educativo (quadro n.º 3) propõe-se que seja a Câmara Municipal a responsável pela aquisição de material escolar de acordo com a listagem elaborada pelo corpo docente do estabelecimento escolar em causa, que posteriormente o fará chegar aos respectivos beneficiários.

-----Quadro n.º 3-----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

Nome do Aluno	Escalão	Valor atribuído	Reforço	TOTAL
Daniel Ramiro Monteiro	B	30,00 €	15,00 €	45,00 €
Juliana Monteiro	A	45,50 €	25,00 €	70,50 €
Maria Luísa Ramiro Monteiro	A	45,50 €	25,00 €	70,50 €
Paulo Ramiro Monteiro	B	30,00 €	15,00 €	45,00 €
Rafaela Monteiro	A	45,50 €	25,00 €	70,50 €

<b>TOTAL</b>	<b>196,50 €</b>	<b>105,00 €</b>	<b>301,50 €</b>
--------------	-----------------	-----------------	-----------------

----- Seguidamente propôs a atribuição de um reforço das verbas, independentemente de alguns dos cortes que se estão a fazer, propôs a atribuição de um total de 14.500,00. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os auxílios económicos para o ano lectivo 2010/2011 de acordo com atrás exposto e no montante de 14.500,00€. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### ----- **5 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LACAM** -----

-----O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) à Liga dos Amigos dos Campos do Mondego – Carapinheira, para fazer face a despesas com a realização do 2.º Curso de “tecelagem manual”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### ----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

##### ----- **1 – IV GRANDE PRÉMIO MONTEMOR-O-VELHO DE MARCHA** -----

##### ----- **ATLÉTICA – CAMPEONATOS DISTRITAIS DE MARCHA ATLÉTICA** -

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que a Associação Distrital de Atletismo de Coimbra manifestou interesse na realização do Grande Prémio Montemor-o-Velho de Marcha Atlética, marcada para o dia 8 de Janeiro de 2011, pela 14 horas. -----

----- A Associação Distrital de Coimbra apresenta um orçamento no valor de 3.050,00€ para a realização do referido evento desportivo. -----

----- Assim, propõe a atribuição de um subsídio no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, como forma de apoio ao Grande Prémio Montemor-o-Velho de Marcha Atlética.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 20***

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DAS ESTRUTURAS FLEXÍVEIS E ---**  
----- **TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

-----Presidente da Câmara, informou que os trabalhos seriam interrompidos uma vez que no dia de hoje às 16 horas, terá lugar a 5.ª Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Nesta altura, sendo 12 horas e 30 minutos, no uso da competência que lhe está atribuída pela alínea r) do n.º 1 do artº. 68º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro e com a concordância de todos os Vereadores presentes, interrompeu os trabalhos.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Verificou-se a inexistência de público.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 21***

----- (CONTINUAÇÃO) -----

-----O Presidente da Câmara dando sequência à decisão de interrupção dos trabalhos, declarou os mesmos reiniciados, pelas 10 horas, do dia 21 de Dezembro, onde estiveram presentes todos os membros do executivo. -----

-----**I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** -----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

----- **1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DAS ESTRUTURAS FLEXÍVEIS E---  
TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

-----Foi presente uma informação do Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

-----“Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, submete-se à apreciação e aprovação pelo Executivo Municipal o Projecto de Regulamento das Estruturas Flexíveis e Temporárias do Município de Montemor-o-Velho. -----

-----O presente Projecto foi elaborado com base no Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, efectuado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, já aprovado por este mesmo Executivo. -----

-----Considerando que este Regulamento depende da prévia aprovação da Estrutura Nuclear, cuja competência cabe à Assembleia Municipal, e que esta reuniu com esse ponto na ordem de trabalhos no passado dia 20/12/2010, sugere-se a aprovação pela Câmara Municipal.”-----

-----A Câmara Municipal deliberou aprovar o Regulamento das Estruturas Flexíveis e Temporárias do Município de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

-----Mais deliberou criar sete Unidades Orgânicas Flexíveis cuja identificação, competências e atribuições constam do Regulamento agora aprovado e anexo que faz parte integrante da presente deliberação, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. -----

-----Deliberou ainda criar as três Equipas de Projecto constantes do modelo organizacional aprovado pela Assembleia Municipal.-----

-----Estas deliberações foram tomadas por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação “Montemor, Sempre” e em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **ENCERRAMENTO**-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 21***

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dez horas e trinta minutos do dia 21 de Dezembro, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte.-----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª